

Gustavo Soares Iorio¹

Resenha bibliográfica

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Esta obra trata de um tema bastante caro a diversas áreas do conhecimento, como a geografia e a sociologia rural: as diferentes apropriações da categoria espaço (ou “terra”) no pensamento social brasileiro no decorrer da Primeira República; mais especificamente em Vicente Licínio Cardoso e Euclides da Cunha. Sendo seu autor de formação no campo da sociologia, é de grande interesse aproximar sua análise das reflexões desenvolvidas por geógrafos sobre esse mesmo assunto, estabelecendo assim um diálogo que possibilite um refinamento teórico e um aprofundamento analítico enriquecedor para esse tipo de discussão. É nesse sentido que esse trabalho pretende contribuir.

Maia apresenta sua proposta de desenvolver uma abordagem que considera inovadora sobre o pensamento social brasileiro do começo do século XX; trazendo a perspectiva da noção de “terra” como uma chave interpretativa que possibilite diversos avanços nesse debate. A busca é a de elaborar uma nova configuração, um novo “mapa intelectual” (nos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Contato eletrônico: gustavosoaresiorio@yahoo.com.br.

dizeres do autor) do pensamento social brasileiro. A hipótese trabalhada é a de que a categoria “terra” na obra de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso nos conduz a uma interpretação da realidade brasileira comparada à Rússia e aos EUA. O autor defende, também, que tem uma responsabilidade sobre a opção pelo uso dessa categoria o fato de serem ambos engenheiros.

Procede a sua análise uma conceituação do que ele chama de “metafísica da terra”, que seria um conjunto de maneiras de tratar a categoria terra em relação a um projeto de “modernização periférica” (projeto de modernização tardia dos países periféricos). Sustenta a argumentação com quatro exemplos:

No caso alemão, a categoria terra é identificada como um elemento conservador em um processo de modernização seletivo, que teria incorporado elementos modernos que reforçassem os poderes já tradicionais. Já no caso dos EUA, a idéia de terra estaria associada principalmente à idéia de fronteira, assumindo um juízo positivo, relacionada aos ideais de democracia, progresso, capitalismo e modernização. No caso russo, marcado pelas narrativas populistas, a terra seria vista ao mesmo tempo como elemento da tradição camponesa e esperança de uma modernização própria, mais humana e socialista. É destacado quais seriam esses exemplos representativos de matrizes específicas: “As três metafísicas comentadas nos parágrafos anteriores constituem processos modernizadores modelares que escapam às suas geografias restritas e podem ser operadas como eixos comparativos” (Maia, 2008, p.42).

No caso brasileiro, três fases no pensamento social espacial até a Primeira República são identificadas: I) de início, teria se pensado a natureza como paraíso, ao mesmo tempo conservador, associado à permanência, e inventivo, um “céu na terra” a ser construído; II) já no século XIX, a espacialidade brasileira teria sido pensada como a busca de uma origem transcendente, pensamento marcado pelo autoritarismo, e também a natureza como autenticidade, com uma marca do romantismo, principalmente de Alexander Von Humboldt; III) a partir de 1870, o autor registra uma ambiguidade no pensamento sobre o sertão, ora como atraso, ora como autenticidade.

De maneira tangencial, o autor defende que a formação em engenharia criou certo sentido para a apropriação da categoria terra (contida nesse projeto modernizador), com bases em uma crença cientificista, positivista, e pautado em uma necessidade de se interpretar o Brasil.

Maia elabora um quadro comparativo das relações entre engenharia e modernidade, destacando três grupos gerais: I) o padrão fordista, que seria baseado no funcionalismo, no qual os engenheiros seriam “intelectuais orgânicos do capitalismo” devido ao seu caráter utilitarista; II) o padrão italiano/alemão, baseado em construções com um sentido de ordenação social subjetivo além da ordem prática; III) o padrão das grandes reformas urbanas na Europa do século XIX, que constituiria uma espécie de “burocracia ilustrada” à serviço do espaço e de intervenções privilegiadamente no espaço urbano, dedicada ao controle social de forma universalizante. No Brasil, a passagem do regime imperial para o republicano é assinalado como uma virada intelectual de uma tradição bacharelesca, bastante erudita e pouco metódica, para uma ascensão da engenharia marcadamente positivista no campo do pensamento social. O autor define as características marcantes da formação em engenharia das personalidades em questão.

Através de um perfil biográfico e intelectual, Vicente Licínio é definido como uma personalidade conduzida por uma moral cívica forte, bastante afeito a uma disciplina conduzida por si próprio. Entender-se-ia ele como um voluntário da Nação. Por estas razões teria ele se dedicado à área da educação, com o intuito de formar a população nacional cívica e tecnicamente.

Quanto a Euclides da Cunha, é ressaltada sua formação no seio positivista, que teria ele assimilado mais enquanto código moral do que propriamente enquanto doutrina filosófica. Teria Euclides vivido uma relação dúbia com a sua formação de engenheiro, às vezes satisfeito com as possibilidades profissionais, e outras vezes insatisfeito por considerar as atividades práticas menos elevadas do que a atividade literária, por exemplo. Maia nos destaca com notoriedade o fato de que esse código moral positivista de Euclides lhe marcava uma ideia de cientificismo e ascensão pelo mérito, causando-lhe aversão a “sociedade de corte” carioca.

A engenharia no decorrer da Primeira República nos é mostrada mais como um *ethos* do que como uma profissão propriamente dita. Esse *ethos* seria caracterizado por aquilo que ele denominou de “engenharia periférica”, devido à condição periférica que esses profissionais viveriam por não conseguirem ocupar os papéis de destaque nos altos cargos públicos e nos círculos intelectuais, bastante restritos às elites tradicionais. Esses engenheiros seriam, em maioria, jovens moldados moralmente pelo positivismo, cultuando o espírito cientificista e cívico, e, por não encontrar guarida nesse contexto da Primeira República, se entendiam como vanguarda intelectualmente preparada contra uma “sociedade de corte”. Dessa forma, a categoria terra seria a chave para uma nova postura intelectual, se apresentando como um recurso a um americanismo presente em suas formações:

Enquanto aqueles [Graça Aranha e Ronald de Carvalho] se mostravam ambíguos diante da relação entre americanismo, tradição e modernidade, estes [Euclides da Cunha e Vicente Licínio], dada sua inscrição distinta na vida social do período e as modelagens intelectuais diversas, engajavam-se mais decisivamente numa variante mais aberta e criativa dessa figuração. Isto é, a terra como categoria de reinvenção do Brasil traduzia a ânsia desses engenheiros periféricos de se posicionarem como uma intelectualidade de novo tipo, desvinculada dos tradicionais papéis sociais reservados à intelectualidade nativa (Maia, 2008, p.125).

João Maia define a idéia de Brasil enquanto uma “Rússia americana”, presente no pensamento social de Euclides da Cunha. Seria essa uma matriz própria, comparável a suas interpretações dos casos russo e americano. Do caso americano teria sido proclamada a valorização do inventivo, criador, e móvel, como simbolizaria a fronteira; ao mesmo tempo a valorização da tradição para a constituição de uma matriz própria, com no caso russo. O bandeirante seria esse personagem por excelência, e o seringueiro amazônico seria um caso aproximado. Essa ideia de “Rússia americana” seria a própria expressão da “engenharia periférica” em sua formação:

O ‘americanismo russo’ desses bandeirantes nortistas foi, portanto, expressão literária de inquietações que assolavam o mundo da engenharia periférica, marcado pela sensação de inadequação de homens que não viam espaço para suas vocações no ambiente carioca (Maia, 2008, p. 154).

Para Vicente Licínio, a terra seria mais abrangente do que a geografia física, material, seria uma forma simbólica, marcada pela realidade material e simbólica. Apesar dessa centralidade da categoria terra, Maia defende que seu pensamento não pode ser tomado como “agrarista”, mas, ao contrário, a terra para ele estaria associada às máquinas, cuja imagem estaria ligada à integração social e democratização. Aqui é apresentada a ideia de que Licínio faria um juízo positivo do mestiço brasileiro, defendendo que teria esse uma inteligência virgem, sem cargas hereditárias de tradição, o que lhe permitiria assimilar a inteligência latente da terra nacional. Esse processo aconteceria através de uma evolução intelectual rápida, como teria ocorrido nos EUA e diferentemente do ocorrido na Europa, onde o processo de aprendizagem teria sido lento. Dessa forma, através do elogio à inteligência americana estaria a chave para a vinculação entre terra e máquina, geralmente tomadas como opostas.

Por fim, o autor destaca o fato de tanto Euclides quanto Vicente não terem explorado o tema da “força da terra” como uma negação do moderno, uma busca essencializada do ser nacional; ao contrário, buscaram nessa categoria as bases para a construção do nacional:

O mergulho de ambos no mundo da terra não implicava, pois, rejeição ao moderno, ou mesmo um ajuste de contas com uma identidade nacional já fixada, mas antes a constatação de que o Brasil compunha-se de um conjunto de espaços novos e periféricos, afinados com a nova geografia do Ocidente. [...] A ‘energia inconsciente’ da terra atraía-os, pois ambos enxergavam e vivenciavam o Brasil como uma forma civilizatória a ser construída, numa combinação entre pragmatismo, invenção e pedagogia que forjam o

núcleo da experiência que associo à expressão ‘Rússia Americana’(Maia, 2008, p. 190).

Esta aí uma questão que o autor se debruça e é de elevado interesse para a compreensão do pensamento social brasileiro. Moraes² desenvolve um trabalho de natureza semelhante, ressaltando os aspectos discursivos sobre o território ao longo da formação territorial brasileira³. Entretanto, este autor se refere a um pensamento territorial sempre conservador. Para Moraes (op. cit), o território foi sempre um recurso discursivo em busca de “essencializações”; como, por exemplo, o discurso sobre a identidade nacional brasileira, que esteve centralizada na garantia da “integridade territorial”; ou na legitimação do regime autoritário de Getúlio Vargas, substanciado por uma crença de que o Brasil não estaria afeito a regimes democráticos em função de sua grandeza territorial.

Já para Maia, a apropriação da “terra” nos discursos sobre o Brasil nem sempre teve um sentido conservador, como nos casos de Vicente Licínio e Euclides da Cunha, que centralizaram na “terra” um projeto de modernização nacional, a chamada “modernização periférica”.

Evidencia-se no confrontar desses dois autores um delineamento interessante para se pensar os sentidos espaciais presentes na formação territorial brasileira. Consideramos que o território foi, enquanto componente discursivo, de grande valia para a sustentação de projetos e programas políticos que efetivaram formas materiais e sustentaram muitas vezes sistemas diferenciadores e desiguais.

Na contemporaneidade, se pode pensar, por exemplo, na tentativa de deslegitimação da reforma agrária, alegando que esta pauta seria “anacrônica” (como defendeu o político Ciro Gomes recentemente para um programa de debates políticos na televisão aberta) diante de um país “modernizado” e “industrializado”. Esta argumentação está suportada

² MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

³ Neste ponto cabe uma ressalva. O que Maia chama de “terra” parece ter o mesmo sentido que os geógrafos têm empregado quando se referem ao espaço e ao território. A “terra”, em geografia, se refere comumente ao “substrato físico”, diferentemente da noção empregada por Maia, que ao destacar uma “metafísica da terra” exalta sua dimensão simbólica, semelhante ao que os geógrafos chamam de espaço e território.

por um pressuposto de que o território nacional deve estar disposto estritamente em função dos interesses da economia global (como se a reforma agrária fosse uma questão de produtividade), assumindo aqui a globalização como uma *ideologia geográfica* ⁴.

⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert . História do Pensamento Geográfico no Brasil: Indicações. *Revista Geografares*, Vitória - UFES, v. 3, p. 151-158, 2002.

Artigo recebido para publicação em:

10 de março de 2010.

Artigo aceito para publicação em:

23 de abril de 2010.